

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ZILA TERESINHA CAMPOS FARIAS

COLEGIADOS DE PARTICIPAÇÃO:
como construir um conselho escolar atuante e participativo

Porto Alegre
2015

Zila Teresinha Campos Farias

**COLEGIADOS DE PARTICIPAÇÃO:
como construir um conselho escolar atuante e participativo**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora:

Dra. Regina Maria Duarte Scherer

Aos meus amados filhos Claudio Renam Campos Farias, Reni Campos Farias, Rene Campos Farias e Heric meu filho do coração. Para vocês desejo apenas deixar o exemplo. A Deus, aos meus pais, familiares e amigos queridos pelo incentivo e pela compreensão nas minhas ausências durante esta caminhada.

Aos colegas de trabalho que muito me apoiaram para alcançar este objetivo e colaboraram com o estímulo para chegar à etapa final.

Aos meus alunos que me motivam a continuar em busca da educação pública de qualidade.

Ao concluir mais esta etapa de minha formação profissional e humana, sinceramente agradeço...

... a paciência, o estímulo, a grande compreensão, o empenho e a imensa dedicação da minha professora orientador Dra Regina Maria Duarte Scherer pela sua valiosa contribuição, com seus conhecimentos, que sem os quais não teria concluído este trabalho.

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, realizando junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta uma análise das ações do Projeto de Intervenção cujo foco foi os colegiados de participação, com ênfase na renovação do Conselho Escolar numa escola pública estadual no período de novembro de 2014 a junho de 2015. A metodologia utilizada foi pesquisa-ação, cujo objetivo era mobilizar o segmento pais e/ou responsáveis para participar ativamente deste colegiado, promovendo reuniões e incentivando-os a atuarem como multiplicadores, tornando o Conselho Escolar mais efetivo no exercício das funções deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora. Os autores que nortearam este trabalho foram Galina e Carbello (s.d), Veiga (2013), Franco (2005), Paro (2008) . O aspecto mais relevante deste trabalho foi a observação do quanto os pais desconhecem que a participação na vida escolar dos filhos é um direito constitucional e que, é no coletivo que acontece a transformação. Assim, por ignorarem esse direito, eles deixam de participar. Portanto precisamos encontrar meios de atrair os pais para a escola promovendo o envolvimento coletivo nas ações necessárias para a criação de um ambiente favorável à participação e à aprendizagem, vivenciando no cotidiano da escola os princípios da gestão democrática.

Palavras-chave: **Gestão Democrática. Participação. Conselho Escolar.**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
3	METODOLOGIA	17
4	AÇÕES ANALISADAS	19
4.1	REUNIÕES POR SEGMENTOS.....	19
4.2	COMISSÃO ELEITORAL.....	22
4.3	POSSE DO CONSELHO ESCOLAR.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS.....	27
	ANEXOS	29
	ANEXO A – Fotos	30
	ANEXO B – Atas de reuniões	36

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar é resultado do aprofundamento de uma pesquisa-ação realizada em uma escola estadual de ensino fundamental, localizada na zona norte de Porto Alegre, a Escola Conquistar, que foi criada no dia 11 de fevereiro de 1958 pelo decreto nº 8742, tendo iniciado suas atividades escolares em 22 de março de 1958 como Grupo Escolar. Em 2001 teve uma reorganização, passando a ser Escola Estadual de Ensino Fundamental. Atende turmas do 1º ao 6º ano, necessitando ainda realizar o processo de implantação do 7º ao 9º ano do ensino fundamental.

A nossa escola atende em torno de 350 alunos com faixa etária entre 06 a 13 anos das seguintes comunidades: Vila Varig e Alexandrina, Wenceslau Fontoura, Timbaúva, condomínio Rubem Berta, Loteamento São Francisco e alguns alunos do município de Alvorada entre outras localidades próximas. A comunidade é eclética, tendo famílias de baixa e média renda. As famílias possuem um bom vínculo afetivo e de confiança porque muitos pais ou avós são ex-alunos da escola e por isto procuram a instituição para matricular no 1º ano.

Atualmente a escola possui 08 salas de aula, 06 banheiros, dois adaptados para cadeirantes e demais dependências administrativas, distribuídos em dois prédios de alvenaria. Um destes prédios foi construído em 2010 por meio de doação do Consulado do Japão, após grande mobilização da comunidade escolar. Alguns setores funcionam em espaços adaptados como a sala de recursos, sala do SOE e SSE que divide o espaço com a biblioteca. A sala dos professores é pequena. Possui laboratório de informática, porém é pouco utilizado por falta de verba para manutenção dos equipamentos e da rede de internet. A cozinha foi improvisada num espaço pequeno do corredor no segundo piso do prédio desde 2001, onde são preparados lanches práticos, como bolachas, pães, sucos e frutas evitando assim o uso do fogão, oferecendo lanches quentes raramente. Recentemente desativamos uma sala de aula e transformamos em espaço para os alunos fazerem seus lanches.

A escola conta com 26 professores e 06 funcionários. A maioria dos professores possui licenciatura em Pedagogia e trata-se de um grupo com interesse na formação continuada sempre que possível, conforme sua disponibilidade de tempo. Os professores dos anos iniciais até o 3º ano participam com entusiasmo da formação através do PNAIC, oferecida pelo MEC.

A escola possui Conselho Escolar, porém a participação efetiva do segmento alunos é pouca por vários motivos. Dentre eles o fato de atender alunos do 1º ao 6º ano, que são pequenos, e por isso eles encontram muita dificuldade em entender as funções e importância do Conselho Escolar, os alunos saem da escola no 6º ano tornando difícil a substituição da representação, os pais alegam a falta de tempo para participar das reuniões devido aos seus horários de trabalho. Nosso desafio é mobilizar e envolver a comunidade para uma participação mais efetiva nas demandas da escola, fortalecendo a gestão democrática. Visando isto realizamos várias ações para viabilizar a participação dos pais e toda a documentação relacionada ao estímulo à participação tais como atas de reuniões e fotos estão nos anexos.

A escola é integrante da Paróquia Estudantil junto com vinte e duas escolas da comunidade, sendo duas escolas particulares e vinte escolas da rede pública municipal e estadual participando das atividades promovidas, entre elas a Caminhada pela Paz, o Fórum de Segurança e o Natal Luz. Não tem Grêmios Estudantis devido ao fato de atender apenas alunos do 1º ao 6º ano do ensino fundamental.

A escola conta com Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres – CPM, porém necessita tornar estes importantes colegiados mais atuantes e participativos para tornar a escola mais democrática. O grande desafio é motivar para esta participação.

Nossa escola possui Projeto Político Pedagógico – PPP, que foi elaborado em 2002, mas necessita ser reelaborado para atender as atuais demandas da comunidade. O nosso desafio é estimular a participação e mobilizar os segmentos da comunidade para construir um Conselho Escolar atuante e participativo.

O foco do PI foi discutido com a equipe diretiva e em reunião do Conselho Escolar ampliada dia 1º/12/2014 onde este e outros temas de interesse da comunidade foram debatidos.

Ao promover o envolvimento coletivo no cuidado e nas ações necessárias para a criação de um ambiente favorável à formação e à aprendizagem, a escola efetiva a gestão democrática e pedagógica de qualidade. A participação da família na vida escolar dos filhos e na instituição na qual eles estudam é de suma importância e um direito garantido, porém ainda estamos muito distantes desta realidade na prática.

São muitos os motivos que levam a esta escassa participação e precisam ser analisados, justificando-se em parte pelo pouco conhecimento dos pais em relação a como participar e contribuir para a construção de uma escola melhor para seus filhos e de que maneira a escola está de fato preparada e aberta para esta participação dos pais. Ao serem chamados à escola os pais precisam sentir-se com autonomia e voz. Nem todos os pais querem ser chamados apenas para ouvirem reclamações dos filhos; eles querem opinar sobre os rumos da escola e sugerir novas alternativas que possam colaborar para um dia a dia melhor na escola.

A falta de tempo disponível para ir à escola é outra realidade muito presente na comunidade, devido ao fato das mães serem em grande maioria chefes de família, não ficam mais com os filhos em casa, cada vez tem menos tempo para frequentar e colaborar na escola ou mesmo acompanhar seus filhos na sua aprendizagem escolar, deixando assim de terem também um aprendizado político que facilitaria a sua vida em sociedade. Cabe ao gestor facilitar com responsabilidade esta participação de forma criativa, envolvendo esta comunidade para discussão coletiva a respeito da função social da escola.

Após estas informações introdutórias, serão apresentados, no capítulo 2, os referenciais teóricos sobre gestão escolar democrática, projeto político pedagógico e a participação da comunidade escolar, tendo como principais autores: Galina e Carbello, Veiga, Franco e Paro.

Na sequência, no capítulo 3, apresentarei a metodologia empregada, que é a Pesquisa-Ação, entendo-a como a possibilidade de envolver o maior número de pessoas, dos diferentes segmentos, de forma comprometida, na reelaboração do PPP.

A análise das ações planejadas no Projeto de Intervenção para esta escola será apresentada de forma detalhada no capítulo 4, quando, então além de descrever o como e de que maneira foi realizado o trabalho com todos os segmentos envolvidos, apresento também a análise dos resultados obtidos a partir do referencial teórico escolhido.

Por fim, no capítulo 5, faço as minhas considerações finais acerca do exercício democrático possibilitado pela prática desta pesquisa, o qual se revelou cheio de significados para a comunidade da Escola Conquistar, tendo havido expressivos avanços com este trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais selecionados para serem destacados neste capítulo, constituem a base legal e teórica que dão suporte para as análises das ações a serem posteriormente apresentadas, e que integram este Relatório Analítico, uma das etapas do Curso de Especialização em Gestão Escolar do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste curso cujo público-alvo são gestores de escolas públicas das Redes Municipal e Estadual de Ensino, os alunos foram desafiados a desenvolver, junto à sua comunidade escolar, um processo de pesquisa embasando suas ações na concepção da gestão democrática, que é a linha norteadora do presente curso e ancoradas na defesa do direito à educação.

O direito à educação é garantia constitucional ao cidadão e é um dever do Estado e da família. Uma conquista através de muita luta da classe trabalhadora por educação pública de qualidade para seus filhos. Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, a permanência e o sucesso de seus cidadãos à educação escolar. Esta conquista em nosso país é recente, sendo que hoje o grande esforço é que este direito vá além do acesso e inclua a permanência e a aprendizagem com qualidade.

A educação é essencial para o desenvolvimento humano, para o convívio social e político, assim como para melhores condições de inserção no mundo do trabalho. O Brasil sendo um país elitista, com forte discriminação racial e social aliados aos preconceitos enraizados por séculos, onde os indivíduos tinham direito a educação pública gratuita conforme a sua posição social ou para poucos privilegiados. Ainda temos uma longa caminhada até a total superação em relação à educação para todos, para que se tenha educação pública de qualidade com estímulo à cidadania ativa e à igualdade, com liberdade de expressão de pensamento.

O acesso à educação obrigatória como dever do estado e direito público subjetivo integra o texto da Constituição desde 1988. Mas, ao longo da sua vigência algumas alterações foram sendo feitas principalmente em relação à obrigatoriedade das famílias fazerem as matrículas. A mais recente se deu por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que estabeleceu, a partir de 2016, a educação

obrigatória dos 04 aos 17 anos. Todas estas alterações se aproximam da afirmação do direito à educação. Neste sentido, cabe lembrar o que afirma Cury (2002) ao tratar deste tema:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. (CURY, 2002, p.260)

Mas, cabe lembrar que o pleno direito estará de fato assegurado se além da matrícula obrigatória, a escola acolha os alunos e efetive ações para garantir a sua permanência com um trabalho pedagógico que vise à aprendizagem com sucesso. Uma das estratégias passa pela efetivação da gestão democrática no âmbito da escola.

A gestão democrática como princípio constitucional está presente no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que preconiza: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;” Foi a partir desta determinação que o tema passou a integrar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, onde foi definido que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDBEN, 1996)

Assim, a gestão democrática abrangendo as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras vem integrando neste curto espaço de tempo o cotidiano das escolas. Mas este tema tem integrado os debates educacionais desde longa data. Segundo Veiga (2013) a gestão democrática

[...] exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. A construção do projeto político pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. (VEIGA, 2013,p.162)

É na escola que deve se dar a construção, a socialização do conhecimento e da cidadania, devendo ser um espaço laico, baseado no respeito e nas diferenças. Tanto a autonomia, como a transparência das ações e a aplicação das verbas públicas, estão na base da gestão democrática.

Mas, há outros elementos que também precisam ser incorporados como: a valorização do aluno e do seu conhecimento; a formação continuada dos professores; práticas pedagógicas que contribuam para a formação de consciência crítica, favorecendo não apenas o acesso, mas a permanência e continuidade dos estudos com sucesso, rompendo com o ciclo evasão e repetência.

Quando se fala em gestão democrática não podemos deixar de fora do debate questões como: eleição de diretores, colegiados de participação e estrutura física e humana adequada nas escolas. Quando se pensa em inclusão e permanência na escola não podemos esquecer que isto exige, do poder público, meios e equipamentos adequados, evitando assim que a escola se transforme em depósito de aprendizes sem um atendimento das suas necessidades, muitas vezes especiais, numa escola sem preparo nem no quadro de recursos humanos tanto como na estrutura física e pedagógica.

A escola é por excelência um espaço privilegiado de construção de relacionamentos e de convivência entre indivíduos de diferentes grupos. Saviani (apud Galina; Carbello, s.d.) ressalta que:

A relação entre educação e democracia se caracteriza pela dependência e influência recíprocas. A democracia depende da educação para seu fortalecimento e consolidação e educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana. (SAVIANI, 1999, p.54, *apud* GALINA; CARBELLO, s.d., p.5)

Uma das exigências da gestão democrática é a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP de forma participativa e democrática. A elaboração deste documento é muito importante que aconteça com real caracterização da comunidade social onde está inserida a escola, evidenciando a identidade da escola, mostrando como esta se organiza; um projeto político e pedagógico construído com participação da comunidade para que esta seja beneficiada ao colocar ali suas aspirações, assim como também os professores e funcionários consigam evidenciar a importância de aspectos pedagógicos que venham acrescentar na formação e desenvolvimento da cidadania dos alunos, visando a valorização, a qualidade da educação pública, fortalecendo a gestão democrática e oportunizando uma transformação social local. De acordo com Veiga (2008),

[...] a construção do Projeto Político-pedagógico é um ato Deliberativo dos sujeitos envolvidos com o processo educativo da escola. Entendemos que ele é o resultado de um processo complexo de debate, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo. (VEIGA, 2008, p.30)

Para isto se faz necessário um longo trabalho de campo com a comunidade para identificar e valorizar suas reais necessidades e anseios. Além disto, é importante ressaltar a afirmação feita por Veiga (2013, p.161): “Não é possível conceber a escola sem compreender que ela é um lugar em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde ocorrem, também, relações interdependentes [...].”

A escola é o espaço ideal para que se estimule o desenvolvimento da cidadania, levando o cidadão ao exercício pleno dos seus direitos à participação, igualdade e democracia. A democracia garante a construção de direitos, a participação possibilita a sua legitimidade e a cidadania garante a sua efetivação. Nas ponderações apresentadas por Galina e Carbello (s.d) elas destacam o seguinte entendimento apresentado por Dallari (1998) para a relação entre cidadania e participação:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998. p. 14 *apud* GALINA; CARBELLO, s.d., p. 3)

A participação da comunidade por meio do diálogo e de colegiados como Conselho Escolar e CPM ajuda nesta construção, tornando a escola viva, enriquecendo e valorizando os saberes populares, trazendo para escola o conhecimento da comunidade e junto ao conhecimento teórico da escola se avança para a construção de um conhecimento de interesse real do povo de grande valor pedagógico. Mas, nem sempre é possível que todos os segmentos participem com o mesmo envolvimento e um dos desafios tem sido a participação dos pais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece em seu artigo 53, inciso V, parágrafo único, que é “direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” Mas, ainda estamos distantes desta participação efetiva da comunidade na escola por várias razões, como a abertura da escola para a participação e também esta comunidade saber do seu direito de participação e sua apropriação.

Os pais tentam ainda com muita insegurança participar das decisões da escola, até por falta de conhecimento da organização administrativa escolar. Conforme Abranches (2003, p.67 *apud* Galina e Carbello, s.d., p.22) “os indivíduos

se inserem nos colegiados, participam de suas ações, mas não sabem definir exatamente o que seria esta prática”. Portanto é urgente que a comunidade saiba reivindicar seu direito de participação efetiva, assuma uma posição com protagonismo e real atuação, sem receio de tirar as dúvidas que por ventura ocorram.

A gestão democrática requer capacitação adequada de todos os segmentos envolvidos porque os cidadãos precisam aprender para participarem das decisões da comunidade. Observamos que os encontros geralmente acontecem quando a direção da escola promove, pois faltam iniciativa e autonomia dos colegiados. Avaliamos que esta falta de iniciativa ocorre devido à falta de conhecimento do seu poder e de como podem atuar no Conselho Escolar. Como bem afirma Ciseski e Romão (2004, p.67 Apud Galina e Carbello s/d p.22) “[...]que um dos pressupostos da gestão democrática é a capacitação de todos os segmentos escolares, pois participação exige aprendizagem”. Devido à falta deste conhecimento deixam de participar alegando não ter tempo porque as reuniões acontecem em seu horário de trabalho. “Por certo nenhuma forma de participação é plenamente satisfatória. Há sempre vantagens e desvantagens.” (SILVA, 2009, p.7). Para concretizar esta participação precisamos de capacitação, somente assim teremos a transformação social através de uma escola democrática.

Na prática o que vemos, é que os momentos de formação ocorrem somente se a equipe gestora da escola fizer a proposição para o Conselho Escolar, talvez isto ocorra justamente pela falta de formação para os integrantes dos diferentes segmentos. Outro aspecto a ser pensado diz respeito à participação restrita principalmente do segmento dos pais, que geralmente apresentam como justificativa para não participação tanto nas reuniões, como nas formações, o fato destas acontecerem no horário de trabalho deles. É preciso pensar um modo de organização para o funcionamento destas instâncias que ofereça condições de acesso à participação de todos os segmentos.

O Conselho Escolar é um espaço de participação, de democratização e fortalecimento da gestão democrática, portanto é de extrema importância a apropriação do seu estatuto pelos seus componentes para que ocorram as mudanças necessárias nesta instância.

Cabe lembrar que o Conselho Escolar tem dentre as suas atribuições: a tomada de decisões sobre o Projeto Político Pedagógico; analisar as demandas da

escola; acompanhar as ações administrativas, pedagógicas e financeiras da escola e promover a participação dos segmentos desta comunidade com o intuito de melhorar a qualidade da educação oferecida por esta instituição educacional. Para que isto se efetive na escola, se faz necessário que ocorram reuniões periódicas e que os representantes dos segmentos tenham autonomia real para qualificar esta participação e não somente concordar com aplicações da verba pública, assinando documentos mostrados pela diretora (o) sem questionamentos.

A abertura dos portões da escola exige dos gestores uma postura de disposição para o diálogo e acolhimento aos pais ou responsáveis, para que estes se sintam integrantes e representantes da comunidade dentro da escola. O incentivo para que outros membros da comunidade, representantes dos segmentos dos pais ou alunos, assumam a presidência do Conselho Escolar, já que o diretor é membro nato, é interessante quando se busca uma qualificação do Conselho Escolar. A participação na escola favorece ao desenvolvimento político e crítico dos cidadãos, assim buscamos uma escola que cumpra com seu papel social, eduque para a participação.

Importante salientar que nem um membro do Conselho Escolar tem representatividade fora das decisões do colegiado reunido e que para qualificar o Conselho Escolar e a gestão democrática é importante que todos os representantes, titulares e suplentes, participem das discussões nas reuniões favorecendo assim um voto mais qualificado quando da ausência do titular. As reuniões devem ser regulares e com pauta definida, otimizando o tempo e o espaço de participação. À medida que todos os segmentos participarem de forma sistemática no Conselho Escolar esta instância colegiada será fortalecida. Assim, a comunidade escolar perceberá a força que o trabalho coletivo, com o envolvimento de todos na tomada de decisões pode trazer para a escola. A educação deve ser baseada nos princípios de igualdade, qualidade, liberdade de expressão de opinião, gestão democrática e valorização do magistério. O Conselho Escolar é o parceiro da direção na prática da gestão democrática na escola e a participação deve ser de forma consciente e expressiva.

Ao tratar sobre o papel dos conselhos escolares Galina e Carbello destacam o seguinte posicionamento de Werle:

[...] não existe um Conselho no vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelecer, construir e operacionalizar. Cada conselho tem a face das relações que nele se estabelecem. Se forem relações de responsabilidade,

de respeito, de construção, então, é assim que vão se constituir as funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. Ao contrário, se forem relações distanciadas, burocráticas, permeadas de argumentos, tais como: "já terminou meu horário," "este é meu terceiro turno de trabalho", "vamos terminar logo com isto," "não tenho nada a ver com isto", com que legitimidade o conselho vai deliberar ou fiscalizar?!(WERLE, 2003, apud GALINA; CARBELLO, s.d. p.13)

Devido à importância das atribuições do Conselho seria fundamental que os membros deste colegiado tivessem orientações precisas para atuarem de forma mais expressiva no dia a dia da escola.

Neste sentido o Governo Federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares através da Portaria Ministerial n. 2.896/04, com o objetivo de ampliar a participação escolar e local na gestão pedagógica, financeira e administrativa das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento dos conselhos. A construção coletiva de um projeto educacional vai se dar a partir da capacitação dos conselheiros promovida em parceria com o sistema de ensino. A capacitação é o caminho ideal para a participação efetiva e consciente dos representantes dos pais nas decisões da escola. É importante a construção consciente de um projeto coletivo educacional envolvendo a escola e os seus segmentos para que as decisões não sejam apenas do diretor da escola.

É importante ressaltar que o Conselho Escolar tem papel fundamental no processo de discussão e elaboração do PPP. É preciso que ele esteja plenamente apropriado do conteúdo a ser debatido, participando de todos os momentos de reflexão, estudo e debate, e que os representantes dos diferentes segmentos articulem o processo de escuta com os seus pares, para que assim a participação neste debate se dê de forma qualificada e onde todas as opiniões e posições possam ser apresentadas, enriquecendo a construção do documento que representa a identidade da escola.

3 METODOLOGIA

Nesta seção apresento a metodologia adotada para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção, que foi a pesquisa-ação na perspectiva apontada por Franco (2005, p.485), onde o pesquisador que escolhe esta metodologia acredita que tanto a pesquisa como a ação “[...] podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática.” A escolha desta metodologia passa por acreditarmos que a realidade de uma comunidade somente poderá de fato ser modificada quando os sujeitos que a integram participarem do processo de reflexão e busca de soluções para os problemas apontados no debate.

Ela foi realizada numa escola da rede pública estadual, situada na zona norte, periferia da cidade que atende alunos do 1º ano ao 6º ano do ensino fundamental. A escola é um espaço valorizado pela comunidade, porém esta ainda não sabe usufruir, falta apropriação, como direito à participação democrática neste ambiente como contribuição na formação dos alunos que ali estão para adquirir conhecimento necessário na formação de um cidadão. Esta escassa participação é devido a muitos fatores e o objetivo deste estudo é levantar estes motivos e mobilizar os segmentos pais e alunos para esta participação efetiva, estreitando os laços entre a família e a escola.

Com isto, o foco do Projeto de Intervenção definido de forma coletiva foi para a reorganização do Conselho Escolar, instância onde todos os segmentos da escola devam estar representados. Assim a escolha da metodologia baseada na pesquisa ação visava propiciar deste o primeiro momento a participação de todos os segmentos envolvidos. A ênfase na participação está relacionada às considerações apresentadas por Franco (2005, p. 486) quando esta coloca que é “[...] mediante a participação consciente, [que] os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos.”

A pesquisa-ação caracteriza uma ação pedagógica e intencionada com objetivo de buscar soluções para efetivar a participação de todos os segmentos nas demandas da escola. Neste sentido pesquisa e ação acontecem de forma simultânea. O caráter inovador da pesquisa-ação se deve ao estímulo participativo, impulso democrático e a contribuição para que aconteça mudança social e dentro da escola. Segundo Pimenta e Franco (2008, p.496) “A pesquisa-ação deve funcionar

como uma metodologia estrutural de uma pesquisa pedagógica que tem como objetivo estimular a expressão individual na tomada de decisões.”

Nosso grande desafio foi mobilizar os segmentos dos pais para que estes atuassem de forma produtiva e qualificada buscando transformação participativa no nosso Conselho Escolar. Franco (2005, p.498) nos diz que “A construção da dinâmica do coletivo tem como perspectiva sensibilizar o grupo de práticas para a cultura da cooperação. Isso não é uma tarefa fácil.” A pesquisa ação é um processo de reflexão-ação-reflexão que desta forma propicia mudanças na cultura escolar contribuindo para práticas participativas e democráticas estimulando um novo olhar sobre a escola.

Neste processo de mobilização da comunidade escolar, foram desenvolvidas ações para acontecerem em diferentes espaços de reuniões e palestras passando a compor um cronograma organizado para efetivar o Projeto de Intervenção (PI). Os espaços de debate e de escuta proporcionados nestes encontros exigiram um planejamento prévio e ao final de cada um deles foi necessário repensar os passos seguintes.

Como bem coloca Tripp (2005, p.446) na aplicação prática da pesquisa-ação “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.” Assim, neste constante processo de revisar o que foi pensado ou proposto, o processo de pesquisa teve andamento com o objetivo de concretizar o projeto de intervenção planejado.

Ciente da importância das instâncias de participação na comunidade escolar e tendo como objetivo final construir um Conselho Escolar atuante e efetivo na escola e que a sua atuação traga para a comunidade escolar contribuições que viabilizem tornar a escola democrática e que desenvolva a cidadania esperada numa gestão popular e participativa. A reformulação do PPP – Projeto Político Pedagógico é outra etapa que necessita ser planejada e para tanto a cada encontro era reforçada a importância de cada segmento contribuir com sugestões significativas para esta fase do nosso trabalho.

4 AÇÕES ANALISADAS

Neste capítulo são apresentadas as ações desenvolvidas no período de novembro de 2014 a junho de 2015, com vistas à efetivação do Projeto de Intervenção - PI proposto para a Escola Conquistar.

Após a constatação de que a comunidade estava afastada do nosso cotidiano escolar, começamos a traçar objetivos e metas para mudar esta realidade, repensando atitudes e voltando o olhar para este setor tão significativo da vida escolar e, mediante a necessidade da reformulação do nosso PPP, chegamos a conclusão da urgência de um projeto que motivasse a participação dos segmentos na escola. Cabe destacar que outras integrantes da equipe diretiva e pedagógica participam do Curso, mas seus Projetos de Intervenção têm outro foco.

Para desenvolvermos o Projeto de Intervenção cujo foco estava centrado na participação dos diferentes segmentos no Conselho Escolar, foi organizado um cronograma de ações para serem desenvolvidas no período de novembro de 2014 a junho de 2015. A escolha destas ações se deu a partir da perspectiva da metodologia da pesquisa-ação. O objetivo era estimular a participação efetiva dos segmentos pais ou responsáveis, garantindo o espaço para a expressão de suas opiniões com respeito e igualdade, conscientizando-os do seu direito à participação nas decisões sobre os rumos da escola nas instâncias colegiadas.

A seguir são descritas e analisadas as ações realizadas durante este período.

4.1 REUNIÕES POR SEGMENTO

Em novembro de 2014 na reunião da equipe diretiva após o debate sobre qual seria o foco do PI surgiu como uma das dificuldades vividas na escola. a falta de participação da comunidade escolar e/ou seus representantes nos colegiados como Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres (CPM). Tal distanciamento vinha sendo justificado por vários motivos e entre eles a pouca disponibilidade de horários, o desinteresse, a falta de conhecimento da existência destas instâncias de participação e da apropriação deste direito dentro dos princípios da gestão democrática. A partir deste levantamento ficou definido como foco do Projeto de

Intervenção mobilizar os segmentos para a participação efetiva nestes colegiados, pois como destaca Paro (2008), a atuação da família é fundamental, e por esta razão este é um problema que requer atenção:

Outro aspecto importantíssimo do problema da participação da comunidade na escola, e que requer medidas corajosas, refere-se ao provimento de para que os membros das camadas exploradas participem da escola. “Não basta permitir formalmente que os pais dos alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação.” (PARO, 2008, p. 13)

Para efetivar esta participação a ação escolhida foi a realização de reuniões com os diferentes segmentos onde, além de esclarecer sobre as funções das instâncias colegiadas, seria desenvolvido um trabalho de sensibilização e convencimento sobre a importância do Conselho Escolar no processo de gestão democrática e a relevância da participação de todos os segmentos neste órgão.

O primeiro encontro ocorreu em 1º de dezembro, quando foi apresentada a participação no Curso de Gestão Escolar e o foco do Projeto de Intervenção. Estavam presentes representantes de todos os segmentos escolares em reunião com o Conselho Escolar atual e a comissão de avaliação do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP, para a avaliação institucional onde foram debatidas e avaliadas 50 questões relacionadas ao desempenho da escola através do uso do power point para facilitar e dinamizar a atividade. Aproveitamos a oportunidade para, após o debate sobre a avaliação escolar, conversarmos sobre a importância de refletir acerca da necessidade de mobilizar a comunidade para se envolver e participar da eleição do novo Conselho Escolar no próximo ano.

No dia 10 de dezembro de 2014 em reunião pedagógica com os professores foi discutido sobre a importância do Conselho Escolar, da participação de todos os segmentos e da renovação dos representantes no próximo ano. Neste encontro foi realizado um debate sobre a importância e as atribuições do Conselho Escolar.

Com o retorno das atividades escolares em 2015 na reunião de abertura do ano letivo no dia 26 de fevereiro foi informado à comunidade escolar sobre o processo de renovação do Conselho Escolar motivando-os a participarem. Foi debatido com uma das representantes do atual Conselho Escolar as suas atribuições assim como a necessidade de cada vez mais os pais se envolverem e participarem deste colegiado para que se tenha educação de qualidade e que se possa construir uma gestão democrática.

Com o levantamento de disponibilidades de horários mais adequados para a participação dos pais nas reuniões elaboramos um cronograma para dar continuidade ao processo de reelaboração Projeto Político Pedagógico da escola, da eleição do Conselho Escolar e posteriormente do Círculo de Pais e Mestres (CPM).

No dia 21 de março de 2015 foi realizada uma assembleia com todos os segmentos da comunidade escolar para dar início ao processo eleitoral de escolha dos representantes do Conselho Escolar, onde ficou esclarecido sobre a sua finalidade e objetivos, além da importância da participação neste colegiado para se construir uma comunidade atuante e participativa. A professora integrante do atual Conselho Escolar explicou as atribuições deste colegiado. Foram escolhidos cinco representantes do segmento pais para compor a comissão eleitoral.

Na reunião com os segmentos professores e funcionários do dia 25 de março foram escolhidos os membros da comissão eleitoral representando estes segmentos e para esclarecimentos sobre a importância e atribuições do Conselho Escolar, neste momento foram eleitos dois professores e dois funcionários para a comissão eleitoral.

No dia 30 de março reuniu-se o segmento alunos, sendo maiores de 12 anos e/ou do 5º e 6º anos onde foi explicado o que é Conselho Escolar, suas atribuições e importância, pela professora integrante do atual conselho, onde foram eleitos três representantes para a comissão eleitoral. Este momento aconteceu com boa participação e interesse dos alunos. Vários alunos manifestaram interesse se candidatando. Estava determinado que três alunos integrassem a comissão eleitoral, sendo 01 alunos do sexto ano e dois alunos do quinto ano. Esta escolha se deu através de voto direto pronunciado, ficando eleitos os que mais votos recebessem.

Ao analisar este processo de mobilização para reorganização do Conselho Escolar, que implicava neste momento em conseguir constituir a Comissão Eleitoral, verificamos que nosso objetivo foi atendido, visto que todos os segmentos elegeram os seus representantes de forma democrática.

Um aspecto importante a ressaltar é que nas assembleias com a comunidade escolar a participação não foi expressiva em relação à quantidade, porém as pessoas que participaram demonstraram interesse, esclareciam dúvidas e estavam dispostas a participar. Foi solicitado que cada participante atuasse como multiplicador na comunidade procurando agregar mais pessoas neste processo. A

representante do segmento dos professores que integra o atual Conselho Escolar falou da importância da participação da comunidade neste colegiado e salientou que o ideal seria se constituir mais de uma chapa, estimulando um processo mais democrático.

Ao analisar a participação dos pais nas reuniões dos segmentos é importante ter presente a afirmativa de Galina e Carbello (s.d., p.11): “É pela utilização desses espaços, fruto da conquista da própria comunidade, que a gestão democrática ganha força e pode transformar a realidade escolar.” Este foi o primeiro passo na busca da concretização da participação no conselho escolar como exercício de democracia na comunidade.

4.2 COMISSÃO ELEITORAL

Após a escolha de representantes de todos os segmentos a comissão eleitoral reuniu-se pela primeira vez no dia 10 de abril para dar início ao processo que culminaria com a eleição dos novos integrantes do Conselho Escolar gestão 2015/2017. A proposição é que nesta etapa, além de realizarem os trabalhos de renovação deste colegiado, a Comissão Eleitoral pudesse desenvolver ações que mobilizassem todos os integrantes da comunidade escolar a se engajar no processo eleitoral. Nesta ocasião foi desenvolvido um trabalho sobre as atribuições da comissão e foi eleito entre os membros um presidente, sendo este representante do segmento pais. Ficou decidido também que seria chamada uma assembleia com a comunidade escolar para definir e deliberar sobre a forma da eleição por chapas ou por segmentos. A princípio a data definida foi 15 de abril, mas em virtude da paralisação dos professores estaduais a data foi antecipada para o dia 14 de abril.

No dia 14 de abril a comissão eleitoral se reuniu com a comunidade escolar com o intuito de organizar o processo eleitoral, onde foi definido que a eleição ocorrerá por segmentos e as tarefas, tais como: organização das urnas e listas dos eleitores da comunidade aptos a participar do processo foram distribuídas entre os membros da comissão eleitoral.

No dia 16 de abril a comissão eleitoral elaborou e divulgou o edital de eleição, ficando definido como data para as inscrições de candidatos os dias 23 e 24

de abril e da eleição o dia 16 de maio de 2015, por ser um sábado letivo (Dia da Solidariedade).

No dia 27 de abril, após encerrar o prazo das inscrições, a comissão homologou as candidaturas exceto a de uma aluna que não teve autorização da família para participar. No segmento pais ficaram três candidatos, no segmento professores e funcionários dois candidatos e no segmento alunos dez candidatos. A homologação das candidaturas foi divulgada nas dependências da escola. Também ficou combinado que haverá uma reunião com os candidatos para tomarem ciência da forma da campanha eleitoral. A comissão também irá organizar o material para o processo eleitoral. Foi comunicado que os candidatos podiam fazer sua propaganda eleitoral na comunidade escolar através da divulgação de material impresso, conversas durante o recreio, entrada e saída dos alunos.

Após debate sobre a melhor forma de se organizar a eleição, a comissão eleitoral sugeriu o dia dezesseis de maio por ser um sábado letivo e ter a previsão de várias atividades atraentes para a comunidade. Foi oferecido um café da manhã coletivo, músicas, brincadeiras, corte de cabelo, manicure e pintura no rosto das crianças da comunidade.

A participação foi boa, porém menos do que esperávamos, provavelmente pelo fato de nesta data ter atividades numa instituição próxima onde muitos dos nossos alunos frequentam no turno inverso. Ao perceberem a baixa adesão neste dia a comissão reuniu-se e deliberou que interromperia o processo eleitoral, lacrando as urnas junto com os candidatos, dando continuidade a eleição no próximo dia letivo, dezoito de maio. Na segunda-feira ao longo do dia letivo o processo transcorreu com maior participação dos pais, responsáveis e alunos. Ao encerrar o processo eleitoral foi realizado o escrutínio com tranquilidade.

Avaliando o trabalho da Comissão eleitoral podemos dizer que foi muito bom, pois entre a primeira reunião e a eleição propriamente dita as ações desenvolvidas por este grupo transcorreram dentro do esperado. Quanto à participação dos integrantes da comissão eleitos apenas uma representante do segmento dos pais não conseguiu participar e no dia da eleição teve pouca atuação.

A função exercida pela comissão no processo de organização da eleição permitiu que houvesse a vivência de um processo descentralizado de tomadas de decisões, pois não estava concentrada na equipe diretiva da escola. Assim os encaminhamentos dados nasciam de deliberações coletivas desta comissão,

oportunizando o exercício da democracia participativa. Mais do que o processo eleitoral em si, a construção do processo eleitoral foi um esboço do que se espera de uma efetiva participação de todos os segmentos.

4.3 POSSE DO CONSELHO ESCOLAR

A posse do novo Conselho Escolar aconteceu dia 9 de junho e neste mesmo dia foi escolhida a presidente, após foi divulgado e distribuído o material do MEC sobre Conselhos Escolares, assim como falado sobre a formação oferecida pela SEC aos membros deste conselho, com o intuito de mostrar que o Conselho Escolar é um importante espaço de participação democrática e por isto é essencial que se construa forte relação de confiança e respeito de opiniões de forma consciente, visando os objetivos comuns.

A diretora como membro nato falou que este colegiado só existe como grupo e que só uma pessoa não representa o Conselho Escolar. Após foram expostas as demandas, incumbências, dentre elas a necessidade da apreciação do calendário de recuperação dos dias de paralisação e após foram feitos os esclarecimentos sobre a Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência na Escola – CIPAVE, como umas das instâncias do Conselho Escolar, oportunizando a ampliação dos membros para atuar na comunidade escolar.

A posse do Conselho Escolar após o processo de mobilização de cada um dos segmentos da comunidade escolar indica que a equipe possui interesse em ser atuante. Neste encontro ficou combinado que as reuniões ordinárias acontecem todas as 1ª quartas-feiras de cada mês. O material divulgado do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares foi bem aceito e teve a proposta de se criar uma planilha para a distribuição e devolução que ficou sobre a responsabilidade e controle de um dos membros. Atualmente encontramos dificuldades em resgatar o material que dois representantes do segmento alunos retiraram para leitura. Os membros do colegiado se mostraram interessados em participar do curso ofertado para formação de conselheiros pela SEDUC e atualmente três membros participam deste curso com entusiasmo e trocando ideias sobre as tarefas propostas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, cujo nosso desafio foi acompanhar e estimular a participação no Conselho Escolar, de modo que a mesma fosse efetiva de fato, a Escola Conquistar iniciou uma caminhada com mais participação e envolvimento das famílias. Cabe fazer destaque de algumas questões que julgamos relevantes em relação à participação na escola pública. A partir das vivências durante a o desenvolvimento do Projeto de Intervenção na escola, observamos que a comunidade ainda não se apossou deste direito e para isto necessita de mais informação para efetivar o exercício do seu direito de caminhar junto com a direção e professores da escola dos seus filhos em igualdade de condições.

Para que o gestor escolar ponha em prática a gestão democrática, não basta chamar a comunidade. É necessária uma acolhida de todos, sem distinções de grupos. A equipe gestora precisa ter disposição para ouvir e dar espaço para acontecer o diálogo, que todos tenham liberdade de expressão de pensamento com o respeito a todas as idéias e encaminhar para um debate fraterno e construtivo. A escola tem a função de formar o cidadão crítico para atuar na sociedade, e as instâncias de participação, como o Conselho Escolar, pode ser um dos locais onde este exercício de cidadania se efetiva.

O respeito a todos leva à formação da cidadania, que favorece o crescimento do indivíduo e da comunidade escolar e social. É importante entender que o crescimento social da comunidade se dá no coletivo. Como diz Freire (1979):

Quanto mais [o homem] for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais “emergerá” dela conscientemente “carregado” de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples expectador, mas deve intervir cada vez mais. (FREIRE, 1979, p.61)

Observamos que o desafio é grande, porém a busca por uma escola democrática e transformadora persiste e isto só se tornará efetivo quando a comunidade tiver uma participação ativa e atuante nos colegiados e na construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

A partir do trabalho de aproximação e motivação da escola com a comunidade, percebe-se que as famílias estão mais presentes nas atividades para as quais são chamadas, mostrando-se mais disponíveis, porém ainda temos muito a avançar em relação à participação e conscientização das atribuições e funções dos

órgãos colegiados. É imprescindível ressaltar a importância da construção coletiva de propostas que vise o desenvolvimento da comunidade tendo a escola como ponto motivador para ajudar a formar consciência da importância da democracia participativa em cada cidadão que dela participa.

Depois que o Conselho Escolar foi empossado, as reuniões acontecem com regularidade mensal e já houve necessidade de chamar reunião extraordinária que transcorreu com a participação de todos os segmentos, com os titulares e suplentes. Dentro da gestão democrática o atual conselho formou a comissão para organizar o processo eleitoral da nova direção da escola, gestão 2015/2018. O grande desafio para o próximo ano será dar continuidade a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, pois este processo necessitará da contribuição deste colegiado.

A oportunidade de participar do curso da Escola de Gestores contribuiu na reflexão sobre as minhas práticas como gestora. Através do estudo e leituras obtive avanços na conscientização em relação à urgente necessidade da reelaboração do PPP da escola. Também percebi a necessidade de realizar o acompanhamento do trabalho do corpo docente a fim de garantir a efetivação da inclusão e da permanência dos alunos na escola com sucesso. A atuação como gestora precisa estar pautada na valorização dos profissionais da educação e dos alunos como atores no processo ensino-aprendizagem, no reconhecimento da importância da participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos colegiados para que se tenha de fato gestão democrática com responsabilidade, uma educação pública de qualidade, promovendo o desenvolvimento pleno da cidadania para se construir uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 06.out.2015.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDBEN de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 06.out.2015.

ECA. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 06.out.2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: 2009 . Cadernos 1 ao 12. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12619-publicacoes-dos-conselhos-escolares>> Acesso em: 06.out.2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cadernos de pesquisa**. nº 116, p. 245-262, 2002. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>> Acesso em: 07.out.2015.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo : Cortez, 2001. p. 11-32, p. 59-75.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GALINA Irene de Fátima ; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Instâncias Colegiadas: espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola Pública**. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf Acesso em: 04.jan.2015.

PARO, Vitor Henrique. A Gestão democrática na escola pública. São Paulo: Ática, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Como fazer pesquisa-ação? s.d. Disponível em: <http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=53266&name=DLE-2406.pdf> Acesso em: 04.nov.2014.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados. Escola de Gestores da educação básica, v. 2, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/planejamento/pdf/u1_3.pdf> Acesso em: 07.out.2015.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. In: **Retratos da Escola**, Brasília: v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

_____. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus Editora, p.11-36, 24ª Edição, 2008.

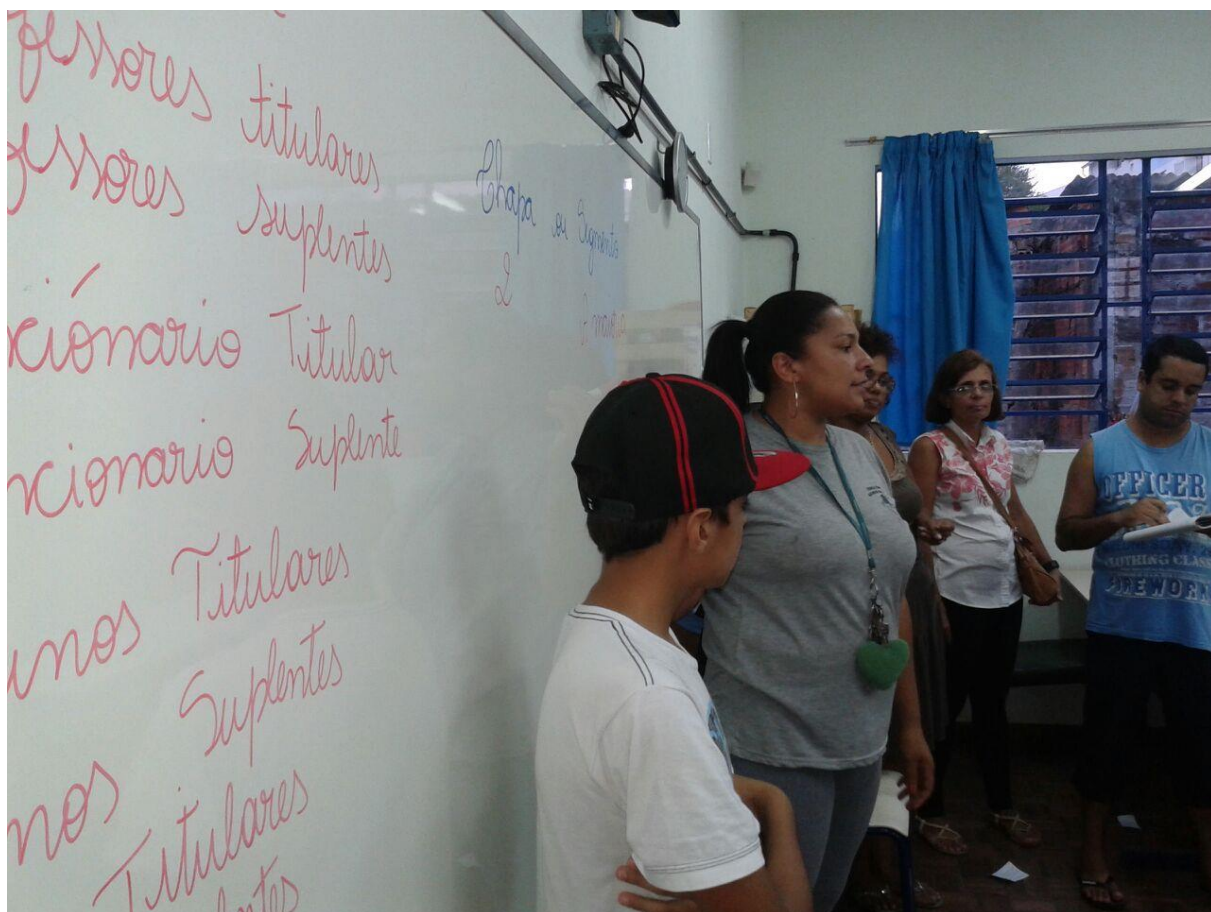
ANEXOS

ANEXO A - Fotos

Foto de reunião realizada com segmento pais no dia 21/03/2015.



Foto de reunião da Comissão Eleitoral com a comunidade 21/03/2015.





Fotos da eleição do Conselho Escolar dia 18/6/2015.





Foto do Conselho Escolar constituído gestão 2015/2017



ANEXO B - Atas

Ata de reunião do Conselho Escolar com a comunidade em 21/03/2015

Ata 02/2015

Aos vinte e um dias do mês de março do corrente ano, reuniu-se na escola, os professores, funcionários, pais e alunos, numa Assembleia Geral para escolher a comissão que organizaria a eleição do novo Conselho Escolar, hoje se ele escolhida a representantes do segmento pai. A professora Aline, cumprimentando os presentes e passa a palestrar a professora Zila. A professora Zila cumprimentando os presentes e esclarecendo dúvidas e os objetivos do Conselho, digo

Conselho Escolar da escola está sendo elaborado que se inscrevem aquelas pessoas, pais ou mães, bem como representante do aluno. A professora Sr^a Amélia comenta a história da importância do Conselho Escolar. A comunidade deve se apropriar da vida da escola. A professora Aline, comenta que hoje foi chamado além dessa assembleia, foi convidado para comemorar o aniversário da escola, alguns presentes essenciais alguns, e infelizmente nem todos compareceram. Por isso, conclui que os presentes serão os multiplicadores desde então. Se inscrevem-se para formar a comissão das seguintes mães: primeiro a Sra. Lucidiana de Souza Vazquez, aluno Luis Francisco da turma B1, segundo a Sra. Daize Marques, aluno Gustavo dos Santos, turma onze, terceiro a Sra. Roseli de Silva, aluna Camille da turma cinquenta e dois, e quarto a Sra. Janez Pessoy, aluno Gabriel de turma vinte e dois e como suplente a Sra. Edise (aluno Otávio de turma vinte e dois). Portanto, essas pais serão chamados, pois na próxima assembleia dos outros segmentos, todos serão convidados para comemorar o aniversário da escola com um café da manhã, como também serão feitas de bancas pelo parque da fazenda do estudante do Santuário de Nossa Senhora do Estímulo. Desde mais tenha a palavra encerrado a reunião e que seja assinada por mim e os presentes hoje, DEISE BRAGA DE OLIVEIRA.

Ata da reunião do Conselho Escolar com o segmento professores e funcionários

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Pessoa Física: 11
CNPJ nº: 00.000.000/0001-01
Praça João de Deus - 13001

Albino Borges, conselheiro, Cathiane Borges Cavallheiro,
Neyva Braga, Rosel de Silva, Edisa Maria Cardoso Pinto,
Rosane da Fonseca, Christiane F S Ilha, Jairo Bressos,
Juscelino de L. Pereira, Hudson Serra, Fabiana dos Santos,
Eliziane Machado Lemos, Marlene J. Pereira, Sônia MS Henrique,
Deise Marques, Maricel, Aparecida, Lúcia Rodrigues,
Ludcheni de Saque, Jorgina, Jure, Cida, Marilene, Jany,
Sérgio Bressos, Jairo Cavallero, Mônica Vazek, Jure, Jany,
Márcia Betencourt, Mariléia Amores, BR, Jany, Jure, Jany,
Kassia, Gisele, Lúcia G. Silva, Roberta Chaves, Aurijú da Silva,
Patricia Silva.

Ata 03/2015

Apresentando pouco mais de um mês de março de corrente ano,
o Conselho Escolar reuniu-se com o segmento professores
e funcionários para a eleição de comissão que organizará
a eleição do novo Conselho Escolar. Hoje serão escolhidos
representantes deste dois segmentos para comporem a
comissão eleitoral. O professor Zilio reforçou sobre a im-
portância do Conselho Escolar na escola e de que para-
mos ter uma comunidade participativa e atuante na
escola. O professor Zilio salientou que neste momento
serão escolhidos representantes dos segmentos professores
e funcionários para comporem a comissão eleitoral e
que aqueles interessados em participarem do Conselho
Escolar não podem fazer parte da comissão eleitoral.
O professor Zilio pediu aos professores e funcionários que
pensem estratégias para que a comunidade participe
ativamente da Escola como por exemplo ampliar o
exatidão de representantes de turma para outros anos
além do sexto ano, mostrar ao pais dos alunos dos
primeiros anos para participarem ativamente, já que
vão permanecer na escola por mais tempo. O professor
Christiane comentou que a proximidade de considerar al-

guns alunos do sexto ano para auxiliar no monitoramento
de recreio foi positiva. A monitora Pamela também comen-
tou que depois dos alunos monitores o recreio ficou
mais tranquilo, com menos correrias. A professora Zéa,
relatou que apesar de uma minoria, quatro ou cinco
pais, vieram à escola reclamar das atitudes dos alunos
monitores, pretendemos continuar com o monitoramento
dos alunos. Foram excluídos do segmento professores: Iair
Felipe Corralho e Cintia Quadros Sara; do segmento fun-
cionários Daniela Conraco Costa de Lima e André Moraes
do silve. Nada mais havendo a tratar encerre a presente
ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.
Renele, ~~Paula~~, ~~Ilma~~, André Moraes de Silva, ~~Luiz~~,
Ariana Paris, ~~Paula~~, ~~Deise~~, ~~Sim~~, ~~f~~, ~~AB~~, ~~perde~~,
Elaine, ~~Patricia~~, ~~Jorge~~, ~~Cláudia~~, ~~Ubirajara~~, ~~Almeida~~,
~~Almeida~~, ~~Dr~~, ~~Celiane~~, ~~Julia~~, ~~Baptista~~, ~~Clara~~, ~~Wojak~~, ~~Almeida~~,
Rui Nogueira, ~~Luiz~~, ~~Dr~~, ~~Luiz~~, ~~Roberta~~, ~~C~~, ~~Luiz~~, ~~Luiz~~,
Cláudia Angel, ~~Cláudia~~,

Ata 06/2015

Por dez dias do mês de abril do corrente ano, às
 sete horas e trinta minutos reuniu-se nas dependên-
 cias do escola o Conselho Escolar com os representantes
 dos segmentos formadores da comissão eleitoral, de
 segmento alunos Jonathan Rodrigues Goulart, Silva,
 Marlene Cavalcão Lima, João Eduardo Melo Costa; seg-
 uimento professores Luis Cavalcão e Cintia Souza; segmento
 funcionários André Moraes do Silva e Daniela de Lima,
 segmento pais Elvira Maria Cavalcão Pinto e Denise Marques
 A professora Zile que está auxiliando na organização da
 eleição ao Conselho Escolar explicou a comissão quais
 as atribuições da comissão e do Conselho Escolar. Neste
 primeiro momento a comissão vai deliberar sobre a
 escolha de um representante que será o presidente da
 comissão eleitoral, foi escolhido entre os membros a
 mãe Denise Marques como presidente e a professora
 Luis Cavalcão como suplente. Será chamado uma as-
 simbléia geral da comunidade escolar no dia quinze
 de abril. Às quinze horas e quinze minutos em primeira
 instância e às quinze horas e trinta minutos em segunda
 instância para deliberar e definir o regulamento eleitoral.
 Essa comissão levará como sugestão a eleição por chapa
 de segmentos. Ficou definido o dia dezesseis de maio
 para o dia de eleição e o dia dezesseis de abril para
 a publicação do edital, tendo como datas para o
 período de inscrição dos candidatos os dias vinte e
 três e vinte e quatro de abril no horário de espe-
 rança escolar. A homologação será publicada no dia
 trinta de abril. Na assembleia geral será comunicado
 que os candidatos de chapa terão candidato
 titular e suplente. A comissão irá reunir-se novamente
 no dia dezesseis de abril para a divulgação do edital
 da eleição. Sem mais a constar, lavra-se a presente ata

Ata de reunião da comissão eleitoral com a comunidade em 14/04/2015

E. E. F. ENG. RODOLFO ARRONS
Resolução CESP n.º 211/2003 - Altera Designação
Portaria 00921 - D.O. 25/01/2001
Retificação Portaria 00143 - 10/03/2001
Porto Alegre - RS

assinado por mim e pelos demais presentes, Flávio Henrique, Jonathan
Rodrigues, Gabriel Silva, Kamilla Carvalho, Pereira,
Luiz Eduardo Rube Costa, Deise Marques, Edisa Maria Cardoso Pinto,
Jair F. de Carvalho, Arias, André Moraes de Souza, Cintia B. Souza
Dima.

Ata 07/2015

Aos Quatorze dias do mês de Abril do corrente ano, às
Dezessete Horas nas dependências da Escola, reuniu-se o
Conselho Escolar, digo, a comissão eleitoral responsável
pelo processo de Eleição do Conselho Escolar com a Comu-
nidade Escolar para definir a forma de eleição, que po-
drá ser por chapas ou por segmento. a comissão su-
geriu a comunidade escolar a realização da eleição com
votação por segmento conforme ocorreu nas eleições
anteriores. A comunidade escolar decidiu que a eleição
será por segmento. Sem mais a constar, lavro a presente
ata assinada por mim e pelos demais presentes, André Moraes,
Dima, El Jany, Deise, Cintia B. Souza, André Wilson
Cintia B. Souza, Edisa Maria C. Pinto, Arias, Gabriel
Rodrigues, Gabriel Silva, Iza, Alexandre, Maria A. Fagundes,
Enel, Cintia Silveira, A. F. R. Roxli, Silve, Arias,
Rafael A. Silva, Augustine, Deise Marques, Luiz Eduardo Rube Costa,
Márcio Gabriel de Santos, Borelindi, M. R. R.